

Temer assina projeto para venda da Eletrobras

Texto com regras da privatização será enviado ao Congresso na próxima semana

MANOEL VENTURA

BRASÍLIA - O presidente Michel Temer assinou ontem o projeto de lei com as regras para a privatização da Eletrobras. O texto será enviado ao Congresso na próxima segunda-feira, onde precisa ser aprovado para que a operação seja concluída. O governo tem pressa para enviar a proposta e concluir a desestatização da estatal este ano, pois o Orçamento conta com os R\$ 12,2 bilhões das receitas estimadas com esse processo. Paralelamente, o governo trabalha para derrubar as decisões da Justiça que suspenderam um artigo da medida provisória (MP) 814, que autoriza a privatização da empresa.

Essa MP é importante porque permite a contratação dos estudos formais para a desestatização. O modelo da operação, no entanto, é descrito no projeto de lei. Por isso, a decisão da Justiça não impede o andamento da proposta. Em nota assinada pelos ministérios de Minas e Energia, Fazenda, Planejamento, Casa Civil e Secretaria-Geral, o governo afirma que o projeto visa a dar “total transparência” à proposta, com a intenção de permitir a sua

aprovação, “após o envolvimento produtivo e as necessárias contribuições do Congresso Nacional”.

O modelo de privatização será por meio de aumento de capital mediante subscrição pública de ações, sem que a União acompanhe, sendo sua participação diluída ao ponto de perder o controle. O governo deve ficar com cerca de 45% das ações da elétrica após a privatização. A capitalização será usada para pagar ao Tesouro um bônus em troca de uma melhoria nas condições dos contratos de 14 de suas hidrelétricas, que hoje praticam preços abaixo do mercado. É por meio desse pagamento que o governo vai faturar com a privatização. O valor final arrecadado será dividido por três. Além de ir para a União, um terço será destinado ao fundo Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) — que banca os subsídios do setor. O restante ficará com a empresa.

REVITALIZAÇÃO DO SÃO FRANCISCO

O governo também vai exigir que a Eletrobras pague um programa de revitalização do Rio São Francisco. Serão desembolsados R\$ 350 milhões anualmente nos primeiros 15 anos, e mais R\$ 250 milhões nos

últimos 15 anos. Mesmo após a privatização, o Executivo vai indicar um membro do Conselho de Administração da Eletrobras, além daqueles associados à participação societária da União previstos em lei. Além disso, manterá uma ação de classe especial, a chamada golden share, com poder de veto em decisões estratégicas. A intenção do governo é aprovar o projeto até junho. Em seguida, será convocada uma Assembleia Geral de acionistas para decidir sobre a privatização e as obrigações impostas para dar sequência à medida.

Com 63% de ações na empresa (cálculo que inclui também a participação do BNDES e de fundos de pensão de estatais), a União não vai votar na assembleia e ficará a cargo dos acionistas minoritários decidir sobre o futuro da Eletrobras. Apenas a subsidiária Eletronuclear e a usina de Itaipu não serão privatizadas. No primeiro caso, porque a Constituição não permite. Com relação a Itaipu, porque se trata de uma hidrelétrica feita por acordo entre Brasil e Paraguai. A forma da reestruturação societária para manter esses ativos sob controle da União será proposta pelo BNDES, mas o governo reconhece que deve ser necessário criar uma nova estatal, que teria por finalidade controlar as duas companhias.

Investimento chinês no Brasil é o maior em 7 anos

A China investiu US\$ 20,9 bilhões no Brasil em 2017, maior valor desde 2010, com a recessão reduzindo o preço dos ativos, atraindo investidores, segundo o Ministério do Planejamento brasileiro.

Ossetores de energia, logística e agricultura atraíram o maior volume de capital chinês, incluindo investimentos nos campos de petróleo do pré-sal e o acordo de US\$ 2,25 bilhões da chinesa State Power Investment Corp para operar a Hidrelétrica de São Simão.

O dado de 2017 considera investimentos confirmados e anunciados, mas não contabiliza acordos como a compra, pela companhia chinesa de transporte urbano por aplicativo DiDi Chuxing, do controle da brasileira 99, já que empresas privadas não divulgam o tamanho do acordo.

O governo brasileiro projeta que o investimento chinês continue aumentando este ano uma vez que os preços de ativos continuam baixos. “O Brasil tem muito menos investimento do que precisamos. Nós precisamos de investidores estrangeiros”, disse o secretário de Assuntos Internacionais, Jorge

Arbache, em entrevista.

Segundo o secretário, as eleições presidenciais deste ano não devem desacelerar o investimento chinês. “Quando conversamos com os chineses sobre o fato de este ser um ano eleitoral, um ano com um forte componente político, os chineses mostram que têm uma visão de longo prazo para o Brasil”, disse Arbache.

“É improvável que eles reduzam sua presença.” Projetos. Um fundo bilateral lançado em 2017 para direcionar US\$ 20 bilhões em financiamentos de bancos estatais chineses e brasileiros vai avaliar a primeira série de projetos no fim de janeiro. O fundo foca em ferrovias e infraestrutura para ajudar a levar grãos a portos já que a China é o principal comprador desoja brasileira.

Segundo Arbache, o fundo já recebeu 29 propostas. “Se no fim de 2018 cinco projetos forem aprovados, acho que será muito bom para o primeiro ano”, disse Arbache. “Com o processo de aprendizagem, é possível que no próximo ano haja ainda mais aprovações.”

REUTERS

Temer diz que Brasil deve enviar tropas a força de paz da ONU

Equipe econômica resiste a deslocamento para missão na República Centro-Africana

LAÍS ALEGRETTI GUSTAVO
URIBE
DE BRASÍLIA

O presidente Michel Temer afirmou que é “muito provável” que o governo envie militares do Brasil à missão de paz da ONU (Organização das Nações Unidas) na República Centro-Africana.

Apesar da disposição das Forças Armadas de preparar 750 militares para atuar no país africano, há resistência de integrantes do governo — da área econômica e também de fora dela — devido ao custo da operação em um momento de crise fiscal.

O valor previsto pela cúpula militar é de R\$ 400 milhões, considerando a preparação e o custo de operação por um ano, disse um membro do governo que participa das negociações. Parte do valor é reembolsada pela ONU.

“Nós estamos finalizando isso aí

e examinando. Muito provavelmente, sim. Porque o Brasil tem uma presença muito bem vista e querida nas missões de paz de que participou. Então, é muito provável que eu mande para lá”, afirmou Temer à Folha.

O envio dos militares à República Centro-Africana depende, agora, da decisão do presidente de pedir uma autorização ao Congresso. Em sessão conjunta, deputados e senadores precisam aprovar a entrada na operação.

De um lado, integrantes do Ministério da Defesa defendem a importância de o Brasil participar de missões de paz como forma de se aproximar de outros países.

Os militares participantes, além de adquirir experiência na missão, têm direito a remuneração em dólar.

De outro lado, auxiliares do presidente e membros da área econômica argumentam que, em momento de crise fiscal, será difícil argumentar a favor do envio das tropas. Também pesam contra, de acordo com eles, as crises de

segurança pública, como a do Rio, que têm contado com o reforço dos militares.

GUERRA CIVIL

Desde 2012, a República Centro-Africana enfrenta uma guerra civil que envolve mais de dez grupos armados com diferentes motivações políticas e religiosas, de acordo com a ONU.

Em novembro, o secretário-geral da organização, António Guterres, convidou oficialmente o Brasil a participar da missão de paz. Na época, a expectativa era a de que os primeiros soldados chegassem em março.

O convite ocorreu após o fim da missão da ONU no Haiti, comandada pelo Brasil, que durou 13 anos.

Procurados pela reportagem, os ministérios da Defesa, da Fazenda e do Planejamento não quiseram comentar o assunto e informar o custo da operação. O Itamaraty informou que “ainda estuda a participação do Brasil em missões de paz”.

Sai projeto de privatização da Eletrobras

Texto, assinado por Temer que irá ao Congresso, prevê que parte dos recursos gerados seja usada para reduzir tarifa

Eletronucleare Itaipu ficam fora do processo; proposta impõe teto de 10% de poder de voto a acionista

DANIEL CARVALHO
DE BRASÍLIA

O presidente Michel Temer assinou nesta sexta (19) projeto de lei que trata da privatização da Eletrobras. O texto será encaminhado ao Legislativo.

O projeto propõe também a “extensão dos benefícios” da privatização aos consumidores e contribuintes “por meio da redução dos atuais encargos tarifários e da maior capacidade de pagamentos de impostos e dividendos”.

Para o governo, a privatização beneficia os consumidores porque a proposta prevê que um terço dos recursos gerados pela descotização das hidrelétricas seja destinado para abater encargos pagos por todos os brasileiros.

Além disso, diz o comunicado, o consumidor se beneficiará da queda

no custo de transmissão e da maior competição nos leilões de expansão da geração e transmissão.

Para reduzir a resistência das bancadas do Nordeste e de Minas, a proposta trata também da destinação de recursos para ações ambientais de revitalização da bacia do rio São Francisco.

Serão destinados R\$ 9 bilhões para esse fim durante o período da concessão, diz o comunicado assinado pelo ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho.

Para atender ao Tratado Internacional firmado com o Paraguai e ao monopólio constitucional da energia nuclear, o modelo prevê a manutenção do controle da União sobre Itaipu e a Eletronuclear.

A operação será via aumento no capital da Eletrobras, com a emissão de novas ações da estatal. Os papéis serão comprados por outros investidores, o que reduzirá a participação da União na empresa. Para isso, o governo não vai comprar novos papéis.

“A proposta que está sendo submetida ao Legislativo defende, entre outros benefícios, a democratização do capital da

Eletrobras por meio da capitalização da empresa no mercado, preserva e valoriza o patrimônio da União — sem a necessidade de venda de ações— e prevê o pagamento associado a um bônus de outorga de grande relevância ao equilíbrio fiscal do país”, diz trecho do comunicado.

A proposta prevê um teto de 10% do poder de voto para qualquer acionista que detenha participação no capital superior a esse limite, além de assegurar a vedação a acordo de acionistas que ultrapasse esse percentual.

Segundo o comunicado, essas medidas evitam a concentração de mercado e a tomada hostil de controle por outra companhia.

Pela proposta, a União terá uma ação de classe especial “golden share” que, entre outros poderes, protege o modelo de corporação e garante a indicação de um membro do conselho de administração, além daqueles associados à participação societária da União previstos na Lei das S.As.

O orçamento de 2018 prevê receita de R\$ 12,2 bilhões associada à privatização.